



**O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE AS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR E SEU REFLEXO NA OFERTA E
NA DEMANDA NO PERÍODO DE 2001 A 2013**

**ACCOUNTING COURSE IN BRAZIL: A STUDY ON THE POLICIES ON HIGHER
EDUCATION AND ITS REFLECTION IN SUPPLY AND DEMAND IN THE PERIOD
2001 TO 2013**

**EL CURSO DE CIENCIAS CONTABLES EN BRASIL: UN ESTUDIO SOBRE LAS
POLÍTICAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR Y SU REFLEXIÓN EN LA OFERTA Y
LA DEMANDA EN EL PERIODO 2001 A 2013**

DOI: 10.18028/2238-5320/rgfc.v6n2p94-111

Gustavo Miguel dos Santos da Silva
Graduando em Ciências Contábeis (UFSC)
Email: gustavomiguel_@hotmail.com

Fabricia Silva da Rosa
Doutora em Contabilidade pela Universitat de València
Doutora em Engenharia de Produção (UFSC)
Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina
Endereço: Campus Universitário, CSE – Trindade
88.010-970 – Florianópolis/SC, Brasil
Email: fabricia.rosa@ufsc.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar a influência das políticas públicas educacionais adotadas no Brasil ao longo dos últimos 20 anos sobre a oferta e a demanda dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil no período de 2001 a 2013. Para tanto, analisou-se os dados referentes às ofertas e demandas, número de alunos matriculados e concluintes do curso. Dessa forma, realiza-se uma pesquisa descritiva e exploratória por meio dos dados coletados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados demonstram que as políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil têm influenciado tanto a oferta quanto à demanda de vagas no curso de Ciências Contábeis, contudo houve redução de 20% no número de concluintes. Também revela que as instituições privadas de Ensino Superior são responsáveis pelo maior número de oferta de vagas, bem como do número de concluintes.

Palavras-chave: Ciências Contábeis. Ensino Superior. Políticas Públicas.

Recebido em 30.11.2015. Revisado por pares em 23.12.2015. Reformulações em 20.01.2016 e 31.03.2016. Recomendado para publicação em 08.04.2016. Publicado em 06.06.2016



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the influence of educational public policies adopted in Brazil over the last 20 years on the supply and demand of accounting sciences courses in Brazil from 2001 to 2013. Therefore, the data was analyzed to supply and demand, number of students and graduates of the course students. The study presents a descriptive and exploratory research using data collected in the National Institute of Educational Studies Anísio Teixeira (INEP). The results show that public policies for higher education in Brazil have influenced both the supply and demand of places for the course in accounting; however, there was 20% reduction in the number of graduates. Also reveals that private higher education institutions are responsible for the largest number of supply of vacancies and the number of graduates.

Keyword: Accounting. Higher Education. Public Policy.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es investigar la influencia de las políticas públicas educativas adoptadas en Brasil en los últimos 20 años en la oferta y la demanda de cursos de ciencias contables en Brasil entre 2001 y 2013. Por lo tanto, los datos fueron analizados para la oferta y la demanda, el número de estudiantes y egresados de los alumnos del curso. El estudio presenta una investigación descriptiva y exploratoria a partir de datos recogidos en el Instituto Nacional de Estudios para la Educación Anísio Teixeira (INEP). Los resultados muestran que las políticas públicas para la educación superior en Brasil han influido tanto la oferta como la demanda de plazas para el curso de ciencias contables, sin embargo hubo una reducción del 20% en el número de graduados. También revela que las instituciones privadas de educación superior son responsables de la mayor cantidad de oferta de vacantes y el número de graduados.

Palabra clave: Contabilidad. Enseñanza Superior. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Sendo a educação a principal fonte de desenvolvimento social de um país, considera-se que é por meio dela que um indivíduo aprimora seu intelecto, sua sabedoria, seu conhecimento de mundo. Um governo é capaz de criar oportunidades para que os indivíduos tenham acesso a ela, de modo que possam desenvolver suas habilidades profissionais.

Realizando uma análise histórica, percebe-se que a inserção do Ensino Superior no Brasil é recente e demanda por estruturas e sistemas de avaliação mais eficientes no comparativo com outros países da América Latina, por exemplo (tópico 2.1.). Partindo do pressuposto que a educação reflete no nível de qualificação profissional e no nível de desenvolvimento social, considera-se que em termos de qualidade da educação o Brasil apresenta em geral muitos problemas que ainda precisam ser solucionados para garantir uma formação com qualificação.

O Ensino Básico no Brasil, conforme Castro (2011) se degradou como resultado da sua rápida expansão. Assim sendo, o Ensino Superior não mais recebe alunos bem formados na Educação Básica, portanto os alunos nem recebem uma base sólida no médio e nem no superior.

Para Santos e Cerqueira (2009), o início do Ensino Superior no Brasil se deu no século XIX, porém a introdução das primeiras universidades data da década de 1930, século XX, período em que iniciava o Governo Vargas. Os setores de ensino público e privado

começaram a crescer, novos cursos de graduação foram criados e ampliados, dentre eles o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, cuja formalização ocorrera por meio do Decreto-lei 7.988/45. Por mais que a Ditadura Militar, iniciada em 1964, tenha se estendido até a década de 1985, pode-se afirmar que a “explosão” do Ensino Superior ocorreu na década de 1970, período no qual foi instituída a Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Controladoria e Contabilidade. Também foi nessa época que o governo se viu obrigado a criar novos cursos, visto que o número de matrículas aumentara exponencialmente em decorrência do crescimento urbano acelerado. É importante salientar que a expansão urbana, iniciada na década de 1930 e sedimentada na década de 1950, foi somente consolidada na década de 1970.

Ao longo dos anos seguintes, a Educação Superior no Brasil continuou em crescimento, ainda que lento e marcado por novos movimentos pela democratização do ensino. De acordo com o MEC (2015), adotaram-se procedimentos de avaliação dos cursos, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que teve início em 2004 e possibilitou verificar o desempenho dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) em âmbito nacional.

Conforme divulgação do INEP (2015), o curso de Ciências Contábeis passou a ser avaliado pelo ENADE em 2006, embora anteriormente a ele houvesse o Exame Nacional de Cursos, chamado Provão. Introduzido pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Provão tinha como objetivo "avaliar os cursos de graduação da Educação Superior no que tange aos resultados do processo de ensino-aprendizagem." O ENADE, diferentemente do Provão, passou a analisar o mérito e valor das IES com objetivos voltados a melhorar a qualidade da Educação Superior, expandir a oferta, bem como promover a responsabilidade social das IES.

Nesse contexto emerge a pergunta de pesquisa: Qual a influência das políticas públicas de Ensino Superior adotadas no Brasil sobre a oferta e a demanda do curso de Ciências Contábeis no período de 2001 a 2013?

Com o intuito de responder à pergunta de pesquisa tem-se como objetivo verificar a influência das políticas públicas do Ensino Superior adotadas no Brasil sobre a oferta e a demanda do curso de Ciências Contábeis no período de 2001 a 2013.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Visando a dar suporte teórico a esta pesquisa, apresenta-se inicialmente no referencial teórico inicialmente um histórico do Ensino Superior no Brasil e segue com revisão sobre as políticas públicas educacionais ao longo dos últimos 20 anos.

2.1. O Ensino Superior em Contabilidade no Brasil

O surgimento do Ensino Superior no Brasil data do século XIX, o que segundo alguns estudiosos como Cunha (1980) e Durham (2005) reflete o seu advento tardio. No comparativo com os demais países da América Latina percebem-se uniformidades, sejam elas relativas à própria evolução do ensino e às políticas adotadas ao longo dos anos.

"Diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil." (CUNHA, 2000, p. 152).

Segundo Durham (1998), com a independência dos países hispano-americanos no século XIX, estes romperam a simbiose entre Estado e Igreja, característica na época, e criaram as instituições públicas e laicas. No Brasil não havia essa simbiose, porém nesse

mesmo período também criaram instituições públicas e laicas, ainda que sem um sistema de Ensino Superior definido.

Na Argentina, ainda conforme Durham (1998), as transformações sociais ocorreram mais precocemente, visto que houve uma expansão da nova classe média urbana assalariada que refletiu no Ensino Superior do país. Desse modo, reformas se viram necessárias e tenderam a estar relacionadas ao desenvolvimento econômico e à expansão das matrículas. Houve, portanto um avanço econômico à medida que se intensificava o processo de industrialização, o que explica por que a Argentina se antecipou nos assuntos relativos ao desenvolvimento de pesquisas e à ampliação das matrículas, se comparado ao Brasil.

De acordo com Santos e Cerqueira (2009), somente com a vinda de toda a Corte para o Brasil em 1808, após ameaça da invasão napoleônica, começou a história do Ensino Superior no País. A reforma do Governo Vargas (1930-1945) instituiu as universidades e criou um formato legal ao qual as universidades que fossem criadas deveriam obedecer. Portanto durante o Governo Vargas, ainda que não tenham sido extinguidas as escolas autônomas e não tenha sido negada a liberdade às instituições privadas, houve então a introdução das primeiras universidades no Brasil, como a Universidade de São Paulo (USP – 1934), e o início do crescimento do Ensino Superior no País.

"Consta que no Brasil a expressão "Contador" (usada em Portugal desde o século XIX), só se generalizou nacionalmente no princípio dos anos 900 do século passado, substituindo a de "Guarda-Livros", em razão da implantação das "escolas de comércio", sugerindo maior responsabilidade cultural, mas conservou-se a divisão das funções (havendo, portanto, Contadores e Guarda-Livros)." (SÁ, 2008, p. 72).

Para Leite (2005) as Escolas de Comércio - primeiras escolas oficiais com o objetivo de ensinar Contabilidade - foram protagonistas no surgimento de um número significativo de cursos de nível médio e superior, dentre estes o curso técnico em Contabilidade e o curso superior de Ciências Contábeis, surgindo algumas décadas depois. Conforme Peleias *et al.* (2007), surgiu com o Decreto-Lei nº 7.988 de 1945 o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, cuja duração era de quatro anos e concedia título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes, além de regulamentar o Ensino Superior de Contabilidade. Em sua primeira edição, a grade curricular do curso tinha como disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil.

Segundo Sá (2008), por meio do Decreto-Lei nº 9.295 de 1946, foi firmada uma conquista derivada de longa data: a regulamentação da profissão contábil no Brasil, com a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) definindo as atribuições do Contador e do Guarda-Livros (atual Técnico em Contabilidade a partir da Lei 3.384/58).

De acordo com Peleias *et al.* (2007), por meio do Decreto-lei nº 15.601/46, o governo do Estado de São Paulo instituiu a Faculdade de Ciências Econômicas e Administração – FCEA (chamada posteriormente de Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA), o que possibilitou o lançamento das bases do primeiro núcleo de pesquisa contábil no Brasil, com relevantes contribuições para a área. Conforme Iudícibus (2000), este núcleo surgiu com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor.

Esses trabalhos científicos desenvolvidos na área contábil e a própria contabilidade em si tinham característica e embasamento específicos. Nesse sentido, para Sá (2008) a liderança da escola italiana como influência na literatura contábil brasileira durante o século XIX foi

inquestionável, cujos reflexos se deram de forma relevante sobre os maiores escritores da Contabilidade, permanecendo quase exclusivamente até a primeira metade do século XX. Portanto grande parte das obras científicas e teses acadêmicas da época ainda apresentavam características do padrão europeu, cuja influência foi cedendo lugar ao modelo norte-americano a partir da segunda metade do século XX, alcançando o seu ápice na década de 1970, quando passou a vigorar a Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

De acordo com Costa (2003), na década de 1960 ocorreram profundas mudanças no Ensino Superior Brasileiro que refletiram nos cursos de Ciências Contábeis. Mudanças essas decorrentes da instituição da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação (CFE), com a finalidade de fixar os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores destinados à formação de profissões regulamentadas em lei.

Segundo Peleias *et al.* (2007), com a elaboração do Parecer n.º 397/62, uma grande mudança no ensino de Ciências Contábeis ocorreu, visto que o Parecer dividia os cursos nos ciclos de formação básica e profissional. As disciplinas contábeis foram concentradas no ciclo de formação profissional com Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos e Auditoria e Análise de Balanços. A Resolução CFE sem número de 08 de fevereiro de 1963 fixou os mínimos de duração do curso de Ciências Contábeis e ratificou o Parecer CFE n.º 397/62.

Em seguida são percebidas mais algumas transformações, marcando a década de 1970 como um importante período de crescimento do Ensino Superior no Brasil. Para Santos e Cerqueira (2009), a década de 1970 ficou marcada pelo chamado “milagre econômico”, em que houve um grande desenvolvimento econômico no País com o crescimento das camadas médias da sociedade devido às novas oportunidades de trabalho. Portanto, a classe média no Brasil se tornava mais abonada em termos financeiros, o que conseqüentemente aumentava a demanda de estudantes nas instituições de ensino e também aumentava os gastos voltados à manutenção das universidades e às reservas orçamentárias do governo destinadas a esses gastos. Quanto à Contabilidade no País, a FEA/USP, de acordo com Peleias *et al.* (2007), além de contribuir para o ensino e pesquisa contábil no Brasil, foi a pioneira a instituir nessa década a Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Controladoria e Contabilidade.

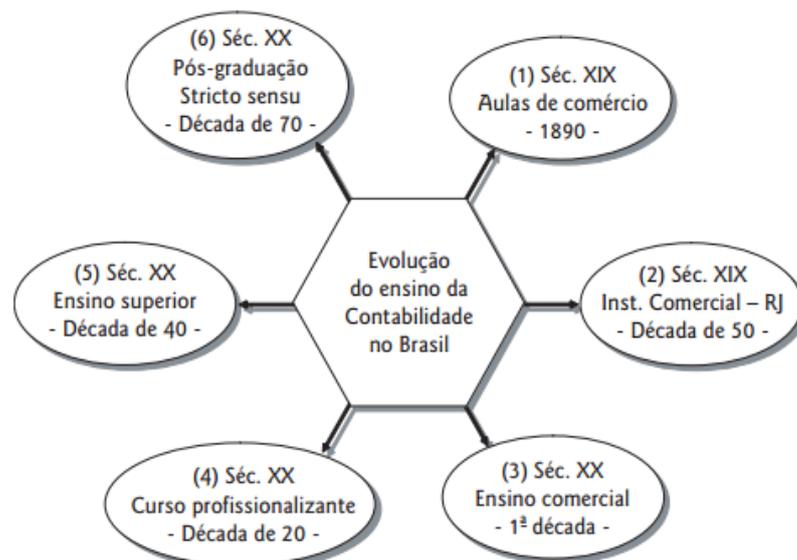


Figura 1 - Evolução do Ensino Superior no Brasil

Fonte: PELEIAS *et al.* (2007, p. 23)

Contudo, a década de 1980 deflagra um período de dificuldades para o Ensino Superior no Brasil. De acordo com Santos e Cerqueira (2009), durante a década de 1980 ocorreu uma transição política, caracterizada principalmente pela promulgação da Constituição de 1988, e foi um período marcado também por uma crise econômica. Peleias *et al.* (2007) define a década de 1980 como a Década Perdida, principalmente em relação ao curso de Ciências Contábeis, visto que não houve mudanças de âmbito legal no sentido de contribuir para o ensino contábil no País.

Segundo Peleias *et al.* (2007), no ano de 1985 o período militar se encerra. Com o retorno do poder para os civis, em 1989 retoma-se a eleição de forma direta para Presidente da República e, em 1994, tem início o período de estabilidade inflacionária com a introdução do Plano Real. Novas mudanças vieram a ocorrer no Ensino Superior de Contabilidade nessa época.

Em 1990 houve uma profunda transformação no Ensino Superior do Brasil, tendo como fato importante a implementação da Resolução nº 03/92, que para Marion e Robles Jr. (1998) trouxe significativas contribuições para o aprimoramento do ensino contábil no País. Os currículos passaram a ser compostos de forma a estimular conhecimentos teóricos e práticos visando ao competente exercício da profissão. Além disso, outros fatos que marcaram a década incluem a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a política de incentivo à universalização do Ensino Superior do País iniciada no governo FHC, em 1995. Para Castro (1999) a reorganização da Educação Superior com base nos princípios da LDB promoveu mudanças como diversificação institucional e estímulo à expansão de vagas.

Em 1995 houve a introdução do Exame Nacional de Cursos (Provão) cujo objetivo era, segundo Soares *et al.* (2002), avaliar os conhecimentos e habilidades adquiridas pelos alunos que concluem a graduação e que tornava possível avaliar comparativamente o desempenho de um mesmo curso oferecido em diferentes IES, além de permitir o acompanhamento da evolução de desempenho dos cursos dentro de uma série temporal.

De acordo com Santos e Cerqueira (2009), com a aprovação da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, criou-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a apresentação do Projeto de Lei que instituiu a política de reserva de vagas para egressos (saídas) de escola pública, negros e indígenas nas instituições públicas de Ensino Superior e também se criou, por meio de Medida Provisória, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI).

Assim, conforme o MEC (2015) houve a substituição do Provão (instituído no governo FHC, como mencionado anteriormente) pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) em 2004, cujo objetivo é “aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação”, tanto para ingressantes como para concluintes.

Com base neste cenário histórico é possível verificar que tanto a capacidade de oferta quanto a estrutura de avaliação do curso de Ciências Contábeis no Brasil têm sofrido várias mudanças que demonstram a relevância do curso e sua capacidade de expansão. Contudo, percebe-se como lacuna a necessidade de verificar a relação entre oferta/demandado curso com as políticas públicas de Ensino Superior.

2.2. Políticas públicas educacionais ao longo dos últimos 20 anos

"Política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões." (AZEVEDO, 2003, p. 38). O entendimento de Dye (1984) é semelhante ao de Azevedo (2003), afirmando que política pública é "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". Na visão de Mead (1995), políticas públicas são uma das áreas de estudo da política que analisa o governo diante das questões públicas. Já para Peters (1986), política pública é o conjunto de ações do governo que influenciam diretamente ou por meio de delegação a vida dos cidadãos.

As percepções dos autores se aproximam, porém, a teoria mais conhecida é a de Laswell (1936), que define política pública como um tema que permita responder às seguintes perguntas: Quem ganha o quê?; Por quê?; e Que diferença faz?.

Com esse amparo teórico, conclui-se que políticas públicas educacionais são ações ou omissões do governo em relação à educação, com todos os impactos de suas ações e omissões sobre as pessoas. Num estado democrático, há cidadãos eleitores e cidadãos eleitos, sendo que ambos são beneficiados por essas políticas públicas porque dessa forma enriquecem seu conhecimento e até mesmo compreendem e são capazes de exercer sua cidadania, lutar pelos seus direitos, evoluir como seres humanos. A diferença que faz é justamente no sentido de agir como cidadãos, ter poder de decisão. Assim, ficam respondidas as três perguntas que, de acordo com Laswell (1936), são responsáveis pela compressão do tema 'políticas públicas'.

A principal fonte de implementação da educação e das políticas que a conduzem e a regulamentam no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que foi alterada ao longo dos anos em decorrência da transição dos governos até se estabelecer sua versão final, sendo essa a de 1996, que vigora atualmente. Suas versões foram a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 – Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências; e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (INEP, 2015).

De acordo com Battistus, Limberger e Castanha (2006), ao longo da década de 1990 a estratégia neoliberal adotada no Brasil foi a de desenvolver a economia e fazer a reforma educacional. Com as políticas públicas educacionais implementadas pelos governos Collor e FHC as instituições privadas ganharam força, prova disso foram suas subdivisões em Comunitária, Confessionária e Filantrópica, trazidas pela LDB/1996.

"No período 1991-2004, o número de instituições privadas cresceu 267% no território nacional. Em relação ao número de matrículas, a diferença é bem maior. A média brasileira, para esse quesito, apresenta uma variação de 311% no período de 1991 a 2004." (MICHELOTTO, COELHO e ZAINKO, 2006, p. 191).

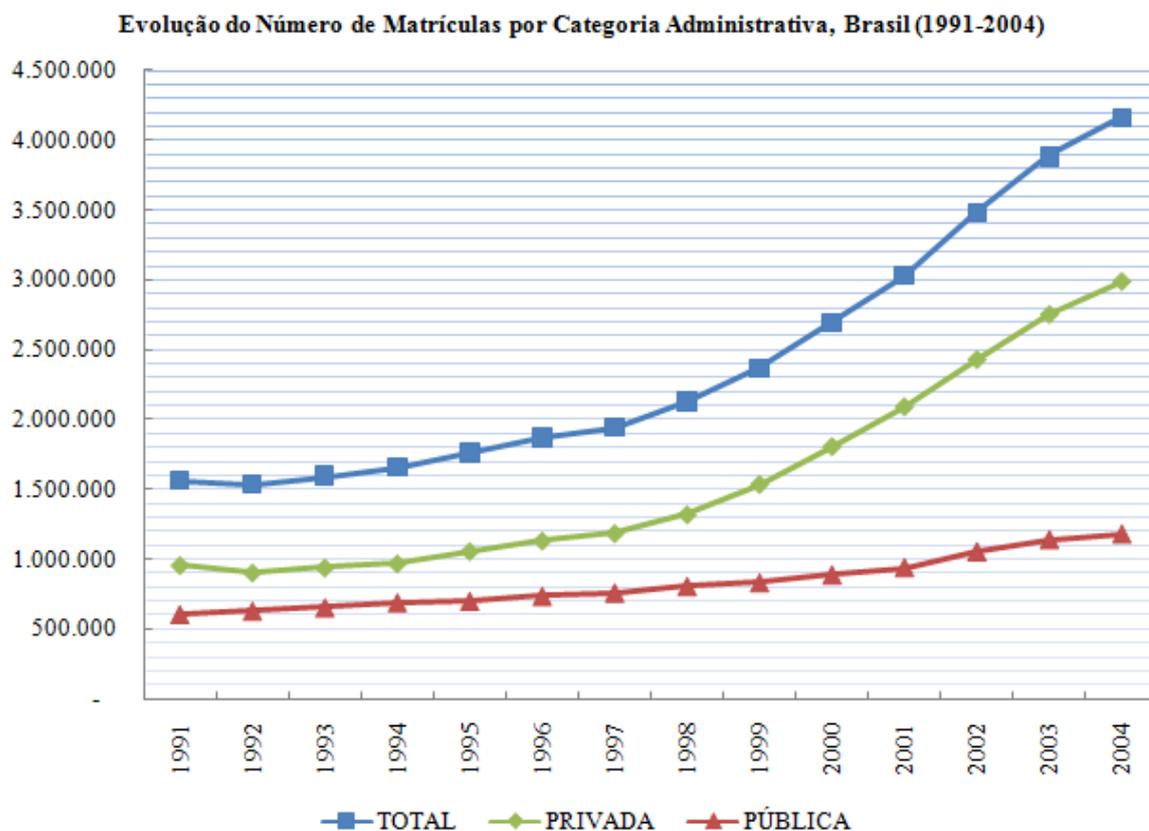


Figura 2 - Evolução do número de matrículas, período 1991-2004
Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DAES (2015)

Conforme Michelotto, Coelho e Zinko (2006), o MEC registrou em 2004, conforme os dados do Censo de Educação Superior, a abertura no País de seis novos cursos de nível superior por dia. Do total de matrículas em cursos de graduação presencial, 37% se concentraram nas áreas de Administração, Direito e Pedagogia. Considerando-se a ampla variedade de opções proporcionada pelas diversas instituições do setor público e do privado, pode-se concluir que a oferta obedece a critérios que podem não coincidir com as demandas das regiões onde essas instituições estão instaladas.

Durante o governo do Presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2010) a política adotada frente à Educação Superior foi a de principalmente expansão da oferta do Ensino Superior público com a criação de novas instituições públicas e de novos “campi”. Além disso, houve a aplicação de uma série de medidas para proporcionar o aumento da oferta em instituições privadas, sendo uma dessas medidas a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004. O programa criado pelo MEC e regulamentado pela Lei nº 11.096/2005, permite que as instituições privadas de Ensino Superior aderidas a ele ofereçam bolsas de estudo integrais ou parciais a estudantes advindos de escola pública ou privada, cuja renda familiar seja de até 3 salários mínimos. Em contrapartida, as instituições que aderirem ao programa ficam isentas de tributação. Os estudantes que por meio do PROUNI recebam bolsas parciais poderão financiar em até 100% o restante da mensalidade por meio do FIES, Fundo de Financiamento Estudantil. (PROUNI, 2015).

O SiSU (Sistema de Seleção Unificada) é outro programa oferecido pelo MEC, desde 2010, que permite aos candidatos nele inscritos o ingresso às universidades públicas que

participarem do programa. Os estudantes se inscrevem gratuitamente no SiSU e por meio do desempenho no ENEM serão selecionados os candidatos mais bem classificados para ingressarem nas universidades participantes do programa, observado o número de vagas ofertadas. (SiSU, 2015).

O Programa Universidade para Todos, somado ao FIES, ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU), ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na Educação Superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens a esse nível de ensino. (PROUNI, 2015).

A adoção do Sistema de Cotas no Brasil, a partir de 2000, é outra política pública de Ensino Superior que visa a ampliar e tornar mais democrático o acesso às universidades federais, voltando-se desde estudantes de baixa renda a portadores de deficiência física, negros, pardos e índios. Em 2000, conforme Macêdo (2009), o estado do Rio de Janeiro - pioneiro no País a adotar o sistema - aprovou a Lei nº 3.524/00, que garantia 50% das vagas nas universidades do estado para estudantes das redes públicas municipais e estaduais de ensino.

As Cotas no País, assim como as outras políticas públicas de Ensino Superior elencadas acima, como o PROUNI, FIES, SiSU, REUNI e UAB, formam um sistema que trabalha para o alcance da universalização do acesso à Educação Superior, mas que gera uma discussão complexa não só acerca dos direitos dos demais estudantes, como também em torno da qualidade da Educação Básica no País.

O impacto dessas políticas públicas não só ocorreu como vem ocorrendo no Ensino Superior. Quanto ao curso de Ciências Contábeis em si há um destaque para o ano de 2010, cuja demanda começou a se elevar criando uma margem expressiva em relação à sua oferta, que obteve crescimento gradativo ao longo dos anos analisados. A avaliação é feita também por meio de uma comparação entre o número de matriculados, ingressantes e concluintes ao longo dos anos.

3. ASPECTOS METODÓDICOS

A pesquisa é classificada como descritiva exploratória de caráter qualitativo. O período de análise abrange o intervalo de 2001 a 2013 e são coletados dados a respeito da oferta e da demanda para os cursos de Ciências Contábeis no Brasil.

Os dados foram coletados do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no período de maio a outubro de 2015, obtendo informações sobre: vagas, inscritos, ingressos, matriculados e concluintes.

Quanto ao número de matriculados e concluintes foi possível segregar por Organização Acadêmica (Universidades) e Categoria Administrativa (Pública: Federal, Estadual e Municipal; Privada: Particular e Comunitária/Confessionária/Filantrópica). Quanto ao número de vagas e inscritos o INEP divide somente por Organização Acadêmica (Universidades), Quadro 1.

Quadro 1 - Dados coletados

Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	Universidades		Centros Universitários		Faculdades Integradas		Faculdades, Escolas e Institutos	
	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos
1. Contabilidade e tributação								
1.1 Auditoria								
1.2 Ciências Contábeis								
1.3 Contabilidade								
1.4 Tributação								

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DAES (2015)

É importante salientar que quanto às vagas oferecidas, candidatos inscritos, ingressantes, matriculados e concluintes foram recolhidos os dados relativos apenas às Universidades. Além disso, o INEP faz um levantamento por área de formação que inclui, dentre os demais cursos existentes no Brasil, Ciências Contábeis e Contabilidade, porém todos os números avaliados são referentes a Ciências Contábeis exclusivamente.

Outro ponto a ser salientado a título de esclarecimento é quanto ao número de matriculados no curso, relacionado no tópico 4.3. O número de matrículas corresponde ao acumulado de matrículas de todas as fases do curso no ano mais o acumulado dos anos anteriores. No ano de 2001, por exemplo, o número informado pelo INEP é relativo às matrículas de todas as fases registradas em 2001 somado com o acumulado de anos anteriores. Por isso, o número de matrículas é tão superior ao número de ingressos ou até mesmo em relação ao número de vagas oferecidas.

A partir dos dados coletados fez-se análise descritiva acerca evolução do curso de graduação presencial, acerca da relação existente entre sua oferta e demanda e também acerca da evolução do número de matriculados, ingressantes e concluintes do curso.

4. ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados é realizada sob três perspectivas. Primeiramente analisa-se a evolução do curso de graduação presencial, em seguida busca-se compreender a relação da oferta e da demanda existente e finalmente objetiva-se identificar a evolução no número de matriculados, ingressantes e concluintes do curso, inferindo-se sobre suas relações.

4.1. Evolução do curso de graduação presencial

Inicialmente é verificada a evolução do número de cursos de graduação presenciais de Ciências Contábeis no Brasil de 2001 a 2013 por meio dos dados disponibilizados pelo INEP e evidenciando, apenas nesse caso, os valores totais da soma do número de cursos das Universidades; Centros Universitários; Faculdades Integradas; Faculdades, Escolas e Institutos; e Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia em cada ano, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Evolução do número de cursos de graduação presencial de Ciências Contábeis

ANO	Nº CURSOS
2001	563
2002	627
2003	683
2004	754
2005	808
2006	879
2007	922
2008	984
2009	1.026
2010	1.052
2011	1.074
2012	1.129
2013	1.168

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DAES (2015)

Na Tabela 1 são revelados os dados relativos à evolução do número de cursos de graduação presencial de Ciências Contábeis, sendo possível identificar crescente oferta de cursos. Isso pode ser justificado pela expansão das instituições privadas e comunitárias, que ocorreram durante o governo dos presidentes Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com destaque para os programas FIES (Lei 10.260/01) e PROUNI (Lei 11.096/05). Esses achados corroboram com Michelotto (2006), no qual evidenciou o aumento de 267% das instituições de Ensino Superior no período de 1991 a 2004, e principalmente de 2000 em diante.

Após 2010, a quantidade de cursos continuou a crescer desta vez com menor velocidade, mas ainda em expansão e com enfoque nos programas: Programa Universidade para Todos, FIES, Sistema de Seleção Unificada (SiSU), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Universidade Aberta do Brasil (UAB) e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

4.2. Evolução histórica de oferta (vagas), demanda (inscritos) no curso de graduação presencial de Ciências Contábeis nas universidades

Conforme salientado na metodologia, esta análise refere-se aos dados relativos apenas às Universidades. Por meio do Gráfico 1, observa-se uma crescente oferta e demanda no período analisado.

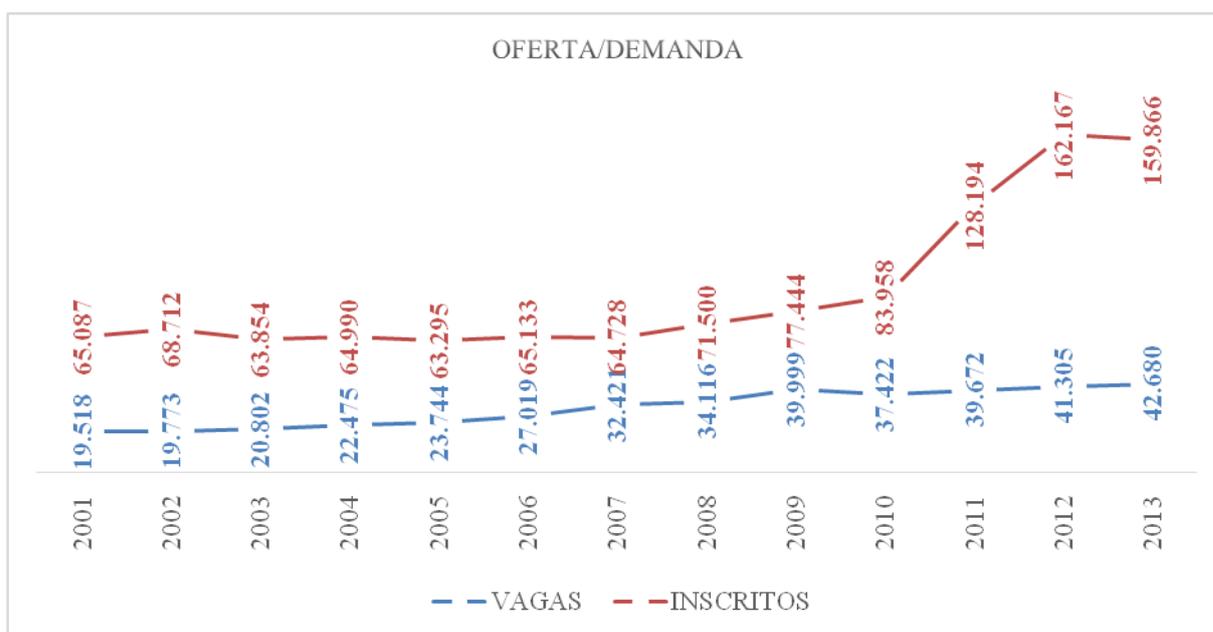


Gráfico 1 - Evolução oferta/demanda do curso de graduação presencial de Ciências Contábeis
Fonte: Elaboração própria

Com enfoque na oferta do curso, é importante destacar o aumento de 5.402 ou de quase 20% (19,99%) no número de vagas de 2006 a 2007, muito provavelmente devido à adoção do sistema do PROUNI pela maioria das universidades privadas, o que ampliou o acesso de estudantes de baixa renda ao Ensino Superior. Destaque também e principalmente para o aumento de 5.883 ou de 17,24%, entre 2008 e 2009.

O aumento do número de vagas no curso de Ciências Contábeis, porém, não supriu o aumento de sua demanda especialmente de 2010 a 2013, inclusive é possível perceber uma redução da oferta no ano de 2010. Mesmo com o aumento ocorrido em 2011, isso não foi o suficiente para recuperar as perdas de oferta e voltar ao patamar de 2009. Aliado a esta queda tem-se um aumento expressivo de inscritos no mesmo período.

De volta à demanda do curso, ênfase particularmente para o aumento de 44.236 ou de 52,68% no número de inscritos de 2010 a 2011, sendo o mais significativo, seguido do aumento de 33.973 ou de 26,50% de 2011 a 2012. É interessante frisar para o período a implementação do SiSU em 2010, o que estimulou a demanda por possibilitar a todos os estudantes participantes do ENEM, no ano anterior, a concorrência por uma vaga nas IES do sistema.

Verifica-se que o curso tem sido demandado de forma expressiva e crescente pela sociedade brasileira, contudo as ofertas não suprem as necessidades apontadas pela sociedade. No intervalo de 2006 a 2009 houve uma melhora nesses índices com a aproximação da oferta e da demanda, o que foi muito provavelmente impulsionado por programas como PROUNI, FIES e SiSU.

Entretanto na última década o desequilíbrio entre oferta e demanda aumenta, acompanhado de uma redução da oferta de cursos nos anos de 2010 e 2011, com pouca recuperação destas ofertas nos anos subsequentes e uma demanda com crescimento exponencial.

4.3. Relação histórica entre matriculados, ingressantes e concluintes no curso de graduação presencial de Ciências Contábeis nas universidades

O curso de graduação presencial de Ciências Contábeis no Brasil apresentou evolução de oferta e demanda com maior equilíbrio nos anos de 2007 a 2009, porém um aumento de demanda e uma redução da oferta nos anos de 2010 em diante desequilibrou os índices, conforme analisado anteriormente.

Visando a compreender um pouco mais sobre as características do processo de formação de bacharéis em Ciências Contábeis, faz-se uma análise sobre matriculados, ingressantes e concluintes, considerando que o tempo de formação é de 4 anos, Tabela 2.

Tabela 2 - Relação histórica entre matriculados, ingressantes e concluintes no curso de graduação presencial de Ciências Contábeis nas universidades

Ano	Matriculados	Relação Concluintes /Matriculados	Concluintes	Ingressantes	Relação Concluintes/ Ingressantes
2001	65.867	16%	10.268	14.691	72%
2002	66.635	18%	9.626	14.560	82%
2003	67.809	16%	10.004	14.376	76%
2004	69.219	16%	10.516	14.058	78%
2005	70.531	17%	11.918	15.516	75%
2006	69.934	18%	10.914	15.821	80%
2007	75.915	17%	10.908	17.535	72%
2008	80.231	15%	11.688	18.509	67%
2009	82.708	16%	12.676	22.377	59%
2010	85.911	15%	12.605	22.519	58%
2011	90.247	15%	12.423	24.153	56%
2012	94.035	15%	13.155	27.472	50%
2013	95.827	15%	13.016	25.520	55%

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/DAES (2015)

Conforme Tabela 2, a relação de concluintes/matriculados revela que ao longo dos 20 anos analisados, o percentual de concluintes em relação aos matriculados por ano é constante, em torno de 15%. Não obstante, quando se faz a análise da relação entre concluintes e ingressantes percebe-se uma variação relevante nos últimos 8 anos analisados, demonstrando que até o ano de 2007 mais de 70% dos ingressantes concluíam a graduação em Contabilidade. Em contrapartida, nos anos seguintes esse percentual veio reduzindo, chegando a 50% a taxa de conclusão em 2012.

A explicação dessa variação não é revelada neste estudo, sendo importante maior exploração dos motivos para a redução, mudanças no perfil dos estudantes do curso e mesmo na continuidade dos programas de incentivos ou financiamentos do Ensino Superior no Brasil. Entretanto é considerável observar a alteração na taxa de conclusão a partir de 2009, justamente quando as taxas do sistema FIES começam a aumentar, passando de 3,4% a.a. em 2010 para 6,5% a.a. em 2015.

Ampliando essa discussão, no Gráfico 2 expõe-se a representação das universidades públicas e das universidades privadas na formação de novos bacharéis em Ciências Contábeis.

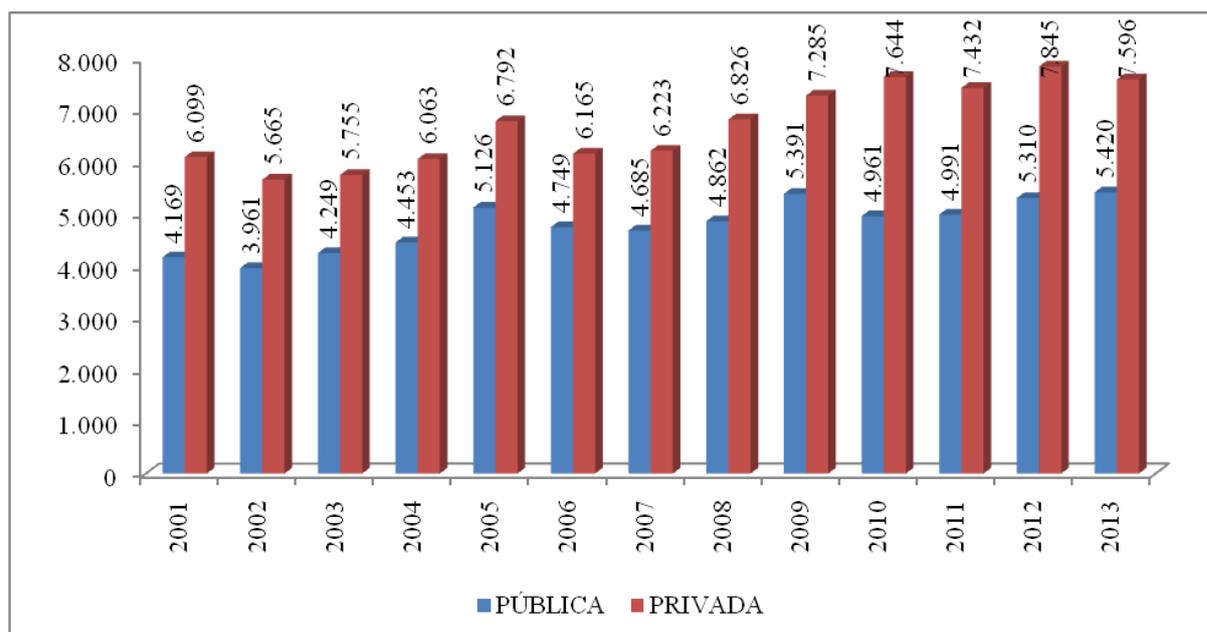


Gráfico2 - Evolução concluintes no curso de graduação presencial de Ciências Contábeis nas universidades públicas e privadas

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o Gráfico 2, desde 2001 o número de concluintes nas universidades privadas supera o das universidades públicas, girando em torno de 60% para privadas e 40% para públicas, com pequenas variações de até 5%. Embora a evolução tenha sido relativamente estável nas duas categorias administrativas, em 2009 mais de 7.000 estudantes concluíam o curso de graduação presencial de Ciências Contábeis nas universidades privadas, enquanto que pouco mais de 5.000 concluíam nas públicas.

Em 2010 essa diferença foi ainda maior, visto que nas privadas o número de concluintes se aproximava de 7.600 e nas públicas esse número estava na casa dos 4.900, ou seja, menor que o registrado no ano anterior.

Já nos anos de 2011 e 2013 as universidades privadas reduziram o número de concluintes, enquanto que as públicas aumentaram. As flutuações podem ser consideradas normais, porém é importante considerar alguns aspectos que podem afetar negativamente o processo de formação de novos bacharéis em Ciências Contábeis para os próximos anos, sobretudo nas universidades privadas. Esses aspectos podem ser relativos a: aumento de juros do financiamento FIES, redução dos beneficiados com o financiamento ou aumento das taxas escolares.

Já na iniciativa pública os problemas podem estar mais atrelados à capacidade de crescimento da oferta, dado que o ano de 2015 foi marcado por forte crise político-econômica. Esse fator pode nas próximas décadas influenciar negativamente a educação do Ensino Superior, já que cortes orçamentários têm afetado a qualidade do ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo verificar a influência das políticas públicas educacionais adotadas no Brasil ao longo dos últimos 20 anos sobre a oferta e a demanda dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil no período de 2001 a 2013.

Por meio da análise descritiva dos dados publicados no INEP identificou-se que o Ensino Superior no Brasil tem apresentado crescimento gradativo, sendo que a oferta e a demanda no curso de Ciências Contábeis entre 2001 e 2013 obteve crescimento linear, assim como a grande maioria dos cursos de Educação Superior no País. A explicação para isso é devido a uma série de fatores, sejam eles políticos, econômicos ou sociais.

A adoção de políticas públicas de Ensino Superior é um dos fatores políticos que influenciam ou que estimulam a oferta e a demanda dos cursos. Programas como o SiSU, PROUNI, FIES e até mesmo o sistema de cotas nas universidades são exemplos dessas políticas públicas que como visto anteriormente também estimularam a oferta e a demanda do curso de Ciências Contábeis, com destaque sobretudo para o aumento da demanda a partir do ano de 2010.

A implementação do PROUNI em 2004 visando à concessão de bolsas de estudos para graduandos de baixa renda em universidades privadas e permitindo financiamento da mensalidade por meio do FIES para bolsas parciais parece ter refletido sobre o cenário do curso de Ciências Contábeis principalmente a partir de 2010, ano em que foi instituído o SiSU. Este por sua vez, e frente aos estímulos positivos à iniciativa privada, possibilitou o ingresso dos estudantes nas universidades públicas por meio da seleção das melhores notas no ENEM, o que contribuiu para o aumento da demanda do curso e também para o aumento da oferta, ainda que pouco tenha se elevado no comparativo com a demanda.

O PROUNI (2015) afirma que essas políticas públicas tomadas em conjunto ampliam significativamente o número de vagas na Educação Superior, o que na verdade não se reflete de forma expressiva no curso de Ciências Contábeis conforme a evolução histórica realizada. Nesse sentido, os resultados mostram que há necessidade de se adotarem políticas públicas que estimulem a oferta de vagas do curso. Verificou-se também que há discrepância entre a oferta e a demanda principalmente a partir de 2010. Por fim, é visível que a iniciativa privada tem contribuído mais, tanto na oferta de vagas do curso quanto no número de concluintes em Ciências Contábeis.

A pesquisa revela estabilidade na taxa de conclusão em relação às matrículas realizadas, porém a taxa de concluintes associada ao número de ingressantes apresentou resultado elevado, atingindo até 2007 uma média de 70%. Ou seja, até o ano de 2007 mais de 70% dos estudantes que entravam concluíam o curso, entretanto a partir de 2008 esse percentual se reduz, mantendo uma média de 50% de concluintes.

O estudo revelou importante evolução do curso de Ciências Contábeis no Brasil no período de 2001 a 2014, o início da década é demarcado por ações governamentais importantes para a expansão tanto no ensino público quanto privado, contudo, alguns benefícios para a iniciativa privada foram reduzidos a partir de 2008 coincidindo com a redução no percentual de concluintes, de faculdades particulares. Os achados permitir identificar lacunas, tais como a necessidade de identificar a relação de programas

governamentais de ensino para o ensino superior ao longo do tempo e a formação de novos contadores, além disso, considera-se relevante considerar aspectos relacionados a evasão escolar, visto que houve redução de 20% dos concluintes nos últimos 5 anos analisados.

A partir desses achados sugere-se como pesquisas futuras: analisar as causas da evasão do curso de Ciências Contábeis; analisar fatores que explicam evolução dos cursos e a inserção dos egressos no mercado; identificar a importância de fatores como políticas internas das universidades, questões de gênero, migração para outros cursos, nos aspectos de evasão escolar.

Propõe-se também verificar o que interfere a demanda do curso além das próprias políticas públicas de Ensino Superior, buscando revelar a credibilidade do curso, as condições de mercado ou as expectativas profissionais, o que pode justificar essa expressiva evolução da procura pelo curso.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003.

BATTISTUS, Cleci Terezinha; LIMBERGER, Cristiane; CASTANHA, André Paulo. **Estado militar e as reformas educacionais**. Revista Educere et Educare - UNIOESTE, Paraná, n. 1, p. 227-231, jan./jun. 2006.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MEC - Ministério da Educação. **Enade - Apresentação**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/enade>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PROUNI - Programa Universidade para Todos. **Portal PROUNI**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

SiSU - Sistema de Seleção Unificada. **SiSU - Como funciona?** Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

CASTRO, Claudio de Moura. **Educar para o ofício ou educar para mudar de ofício?** Revista Ensino Superior - UNICAMP, São Paulo, n. 3, p. 20-39, jun. 2011.

CASTRO, M. H. G.. **A Educação para o Século XXI: o desafio da qualidade e da equidade**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/{D5A1303D-6BD9-4DD6-AA3A66FF8E5B2C29}_Educacaoeseculo21.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

COSTA, Jonas Freire da. **Estudo exploratório sobre a proposta curricular para o curso de Ciências Contábeis de uma instituição de Ensino Superior em São Paulo: avaliação de**

O curso de Ciências Contábeis no Brasil: Um estudo sobre as políticas públicas de Ensino Superior e seu reflexo na Oferta e na Demanda no período de 2001 a 2013

sua aderência a uma abordagem sistêmica. 2003. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica). - Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP, São Paulo, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã - o Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, Luiz Antonio. **Ensino Superior e Universidade no Brasil.** 500 anos de Educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DURHAM, Eunice R. **Educação superior, pública e privada (1808 – 2000).** In: SCHWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, pp. 197-240.

DURHAM, Eunice R. **O Ensino Superior na América Latina: Tradições e Tendências.** Revista Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 51, p. 91-105, jul. 1998.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LASWELL, Harold D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil.** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LYRA, Anderson Tavares de. **João de Lyra Tavares – patrono da contabilidade brasileira.** Blogger, 2010. Disponível em: <<http://www.historiaegenealogia.com/2010/04/joao-de-lyra-tavares-patrono-da.html>>. Acesso em: 13 out. 2015.

MACÊDO, Márcia Andréa Durão de. **Cotas raciais nas universidades brasileiras. Legalização da discriminação.** Jus Navigandi, 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13491/cotas-raciais-nas-universidades-brasileiras>>. Acesso em: 07 set. 2015.

MARION, José Carlos; ROBLES JR., Antonio. **A busca da qualidade no Ensino Superior de Contabilidade no Brasil.** Revista Conselho Regional de Contabilidade - CRCSP, São Paulo, n. 5 p. 38-45, jul. 1998.

MEAD, Lawrence M. **Public Policy: Vision, Potential, Limits.** PolicyCurrents, fev. 1995.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula.** Revista Educar - UFPR, Paraná, n. 28, p. 179-198, jul./dez. 2006.

O curso de Ciências Contábeis no Brasil: Um estudo sobre as políticas públicas de Ensino Superior e seu reflexo na Oferta e na Demanda no período de 2001 a 2013

PELEIAS, Ivam Ricardo, SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. **Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica.** Revista Contabilidade e Finanças - USP, São Paulo, n. 42, p. 19-32, jun. 2007.

PETERS, B. Guy. **American Public Policy.** Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral da contabilidade no Brasil.** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes.** In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL -UFSC, 2009, Florianópolis/SC. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicass%20recentes.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SOARES, Maria Susana Arrosa; OLIVEN, Arabela Campos; BATISTA, Bernadete da Silva Ribeiro; MARTINS, Carlos Benedito; NEVES, Clarissa Eckert Baeta; LEITE, Denise;SCHWARTZMANN, Jacques; COSTAS, José Manuel Moran; FRANCO, Maria Estela DalPai; TRIGUEIRO, Michelangelo. **A educação superior no Brasil.** UNESCOIESALC, Porto Alegre/RS, nov. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.